Relatório de Atividades 2020

Apresentação

A ANDI – Comunicação e Direitos, em consonância com a Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social, conhecida como LOAS), a Resolução CAS/DF nº 21/2012 e demais legislações referentes ao tema, apresenta a seguir o Relatório de Atividades de 2020.

As ações descritas nas páginas seguintes são decorrentes dos projetos realizados em parceria com diversos financiadores, tais quais: Petrobras, Instituto C&A, Instituto Arcor Brasil, DNI Costa Rica, Fundação Bernard van Leer, Porticus, CONANDA, PNUD e Open Society Foundations.

Os projetos mencionados foram desenvolvidos de acordo com a missão institucional da ANDI e considerando as definições legais de entidade de assistência social. Portanto, as demandas englobaram ações voltadas à promoção dos direitos humanos, dos direitos da infância e da juventude, da inclusão social e do desenvolvimento sustentável.

A ANDI assumiu a secretaria executiva da Rede Nacional pela Primeira Infância (triênio 2018 – 2020), por isso, muitas das iniciativas promovidas ao longo do ano foram voltadas à defesa e garantia dos direitos das crianças de zero a seis anos de idade. Devido à pandemia do coronavírus, a ANDI foi convidada pelo Grupo Diretivo da Rede a estender seu mandato até dezembro de 2021.

Neste relatório, a ANDI apresenta a descrição detalhada das atividades, incluindo os objetivos alcançados, origem dos recursos utilizados e infraestrutura. No que diz respeito às informações individuais dos projetos, são apontados: público-alvo atendido, capacidade de atendimento, recursos financeiros utilizados, recursos humanos envolvidos, abrangência territorial das ações e forma de execução (planejamento, execução, monitoramento e avaliação).

Para começar a leitura, a ANDI traz um breve relato de sua história.

Histórico da ANDI

Criada há 29 anos, a ANDI é uma entidade sem fins lucrativos que atua na promoção da defesa e garantia dos direitos humanos, da inclusão social e desenvolvimento sustentável e das políticas de comunicação. Suas ações fundamentam-se na difusão e fortalecimento de um diálogo profissional e ético entre redações, associações da imprensa, faculdades de comunicação, poderes públicos, organismos internacionais, setor privado e sociedade civil, com base nos princípios da mídia para o desenvolvimento.

Durante sua trajetória, a ANDI recebeu mais de 50 prêmios, homenagens, condecorações, títulos e menções honrosas, como o Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo; Prêmio Líbero Badaró; Prêmio Criança e Paz, concedido pelo UNICEF; Prêmio UNESCO; Prêmio Criança, concedido pela Fundação Abrinq e outros.

A tecnologia social construída pela ANDI passou a ser reaplicada de forma abrangente, levando à formação de duas redes: Rede ANDI Brasil (entre 2000 e 2013, atuante em 12 unidades da Federação) e Rede ANDI América Latina (desde 2003 presente em 13 países).

A ANDI reavaliou seus propósitos e ressignificou sua existência, em 2011, depois de analisada a crescente contribuição e incidência em outras áreas temáticas. Desde então, passou a ser denominada **ANDI – Comunicação e Direitos**, tendo a sua missão ampliada, manifestando-se segundo três vetores: **Infância e Juventude, Inclusão e Sustentabilidade e Políticas de Comunicação.**

A partir de janeiro de 2018, a ANDI assumiu a secretaria executiva da Rede Nacional pela Primeira Infância (RNPI) pelo triênio que findaria em dezembro de 2020, mas foi prorrogado até dezembro de 2021 por conta da pandemia do coronavírus. A RNPI é a maior rede para defesa da Primeira Infância do Brasil. Pelo amplo escopo dos seus mais de 200membros (sociedade civil, representantes governamentais, institutos e fundações públicas e privadas, organizações do sistema ONU, universidades etc.), a sua capacidade de articulação e poder de *advocacy* ganha ascensão nacional e

força regional, atuando para o desenvolvimento integral da criança pequena por meio de ações intra e intersetoriais.

Assim sendo, as atividades desenvolvidas pela ANDI condizem com a definição de “entidades e organizações de assistência social” contida na LOAS, 3º artigo, 3º parágrafo:

> § 3º São de defesa e garantia de direitos aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do CNAS, de que tratam os incisos I e II do art. 18.

1. Identificação da entidade

Nome: ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância

Nome Fantasia: ANDI – Comunicação e Direitos

Endereço: SDS Ed. Miguel Badya, Bloco L, Sala 318
Brasília, DF, CEP: 70394-901

CNPJ: 36.751.345/0001-24

Missão: Potencializar a comunicação como instrumento de garantia de direitos e promoção da diversidade e da inclusão social para o enfrentamento das desigualdades estruturais.

Titulação anterior: A ANDI recebeu a titulação de Entidade de Utilidade Pública Federal (UPF), concedida pelo Ministério da Justiça. No entanto, tal qualificação, criada pela Lei nº 91/1935, foi revogada pela Lei n° 13.204/2015, que ampliou os benefícios da UPF a todas as entidades sem fins lucrativos.

2. Finalidades estatutárias

I. Contribuição para o aprimoramento da qualidade da informação pública sobre os temas decisivos para a promoção dos direitos da infância, da adolescência e da juventude, buscando facilitar e apoiar o diálogo sistemático e ético entre os atores que atuam nessa área e a mídia;

II. Defesa da inclusão social e sustentabilidade, bem como políticas de comunicação, responsabilidade social empresarial e direitos culturais;

III. Promoção da defesa de direitos já estabelecidos através da mobilização social na mídia, na esfera política, acadêmica e no contexto da sociedade;

IV. Reivindicação da construção de novos direitos fundados em novos conhecimentos e padrões de atuação reconhecidos nacional e internacionalmente;

V. Fomento de intercâmbio de informações e experiências por meio de redes sociais;

VI. Monitoramento e análise de conteúdo veiculado na mídia sobre a infância e a juventude, inclusão, sustentabilidade e políticas de comunicação, produzindo e socializando as informações qualificadas, por meio de estudos que ampliem o conhecimento da sociedade e dos cidadãos sobre os seus direitos, segundo metodologia própria desenvolvida;

VII. Sistematização e difusão de projetos inovadores de inclusão cidadã que possam apresentar soluções alternativas a serem incorporadas nas políticas públicas visando a melhoria das condições de vida do seu público beneficiário, em especial, aqueles em maior situação de vulnerabilidade;

VIII. Diálogo permanente com os meios de comunicação no intuito de facilitar e estimular uma cultura jornalística plural, independente e socialmente responsável;

IX. Cooperação e assessoria política, técnica e administrativa na área de comunicação a órgãos públicos e organizações não governamentais, que atuam no campo do atendimento, da promoção e da defesa dos direitos do segmento;

X. Democratização do acesso a informações sobre as condições de usufruto de direitos, benefícios e serviços assistenciais para o público infanto-juvenil, entre outros temas de seu interesse;

XI. Contribuição para fomentar o debate midiático voltado à preservação dos bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico brasileiro, bem como as expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira e responsáveis pelo pluralismo da cultura nacional; e

XII. Promoção da cultura e do desporto, inclusive com a realização de projetos culturais e esportivos enquadrados nas leis federais, estaduais e municipais de incentivo à cultura e ao esporte.

3. Objetivos

A ANDI tem por objetivo precípuo a promoção da cidadania e da assistência social beneficente consubstanciada no assessoramento, orientação, defesa e garantia de direitos das crianças, adolescentes e jovens, beneficiários da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de forma

continuada, permanente, planejada e gratuita, sem qualquer discriminação de clientela.

4. Origem dos recursos

Os recursos geridos, em 2020, são oriundos de fontes públicas e privadas.

Origem do recurso	Fonte
Instituto Nacional	Instituto C&A
	Instituto Arcor Brasil
Fundações Internacionais	DNI Costa Rica
	Fundação Bernard van Leer
	Open Society Foundations
	PNUD
	Porticus
Governo Federal	CONANDA
Sociedade de Economia Mista	Petrobras

5. Infraestrutura

A ANDI desenvolve suas atividades em sede situada no Edifício Miguel Badya, bloco L, no Setor de Diversões Sul, ponto estratégico, no centro da Capital Federal. A estrutura física da instituição é composta por três salas alugadas no local (316, 318 e 320), totalizando uma área de 150,60 m².

O espaço contém escritório da Diretoria Executiva, Controladoria, estações de trabalho, sala de reuniões, dois banheiros, uma copa e um ambiente de descanso para os colaboradores.

Em relação aos recursos humanos, a instituição conta com uma equipe diversificada, composta por profissionais comprometidos com a promoção dos direitos humanos, dos direitos da infância e da juventude, da inclusão social e do desenvolvimento sustentável.

EQUIPE ANDI	
NOME	**CARGO**
Miriam Izabel Albernaz Cordeiro	Diretora Executiva
Ana Potyara Tavares	Diretora Administrativa Financeira
Jaqueline Silva	Assistente Financeira
Mariana Rodrigues da Silva	Auxiliar Administrativa
Antônia Conceição	Auxiliar Administrativa
Luciana Abade	Gerente de Comunicação
Eduardo Schwarz	Gerente de Projetos
Flávia Falcão	Jornalista
Ivanete Cardoso	Serviços Gerais
Rafael da Gama Chaves	Estagiário

CONSULTORES DA ANDI
Ana Flávia Flôres
Breno Procópio
Dayana Morais
Diana Barbosa
João José Miguel (Veet Vivarta)
Thais Malheiros Gawryszewsky
Vital Didonet

ASSEMBLEIA GERAL DA ANDI	CONSELHO FISCAL DA ANDI
Antonio Augusto Gomes da Silva	Marilene Oliveira Lobo Assis Gonçalves Marcus Philipe Assis Araruna
Fábio Luís de Oliveira Rosa	
Marcos MuccilloDaudt	

ANDI – Comunicação e Direitos
SDS - Ed. Miguel Badya, Bloco L, Sala 318
70.394-901– Brasília – DF
Tel: + 55 61 2102.6508
www.andi.org.br
Twitter: @andicomunicacao

6. Identificação das ações de assessoramento e defesa e garantia de direitos

Projeto: Fortalecimento da Campanha" Criança é Prioridade"	
Público-alvo	❖ Candidatos a chefes do Poder Executivo Municipal das eleições de 2020 ❖ Jornalistas ❖ Representantes de organizações integrantes da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI) ❖ Articuladores de políticas públicas ❖ Gestores públicos
Capacidade de atendimento	Estima-se um crescimento exponencial dos beneficiários do projeto, à medida que alcance novos municípios e novos gestores participem.
Recursos financeiros utilizados	R$ 435.400,00
Financiador	Porticus
Recursos humanos envolvidos	Equipe da ANDI, além de parcerias com outras instituições elencadas a seguir: ❖ Membros da RNPI ❖ Fundação Bernard van Leer ❖ Instituto C&A
Abrangência territorial	Nacional
Demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que foram utilizadas em todas as etapas do plano	**ELABORAÇÃO:** O objetivo do projeto é apoiar, no âmbito institucional, a secretaria executiva da RNPI e fortalecer as ações de formação da *Campanha Criança é Prioridade,* por meio da produção de materiais e criação de uma Plataforma EaD para formação de gestores públicos.
	EXECUÇÃO: O projeto engloba uma série de ações que têm sido desenvolvidas desde a sua propositura. Apresentamos a seguiras ações planejadas e executadas em 2020: ❖ Continuidade no processo de mobilização de ações e parcerias no Poder Legislativo e nas diferentes esferas do Poder Executivo; ❖ Articulação de parcerias com organizações integrantes da RNPI; ❖ Atualização da agenda nacional de eventos e ações da RNPI e de instrumentos de comunicação como: website, e-group, mailing, boletim, entre outros; ❖ Divulgação de materiais, documentos e campanhas produzidos pela RNPI, por parceiros e pelo Governo Federal no que se refere à Primeira Infância;

	❖ Coordenação e troca de conhecimentos, produtos e ações entre os grupos de trabalho e organizações membro, visando à integração da RNPI; ❖ Organização de documentos, correspondências e arquivos, de forma a garantir a memória das ações e produções da RNPI; ❖ Representação da RNPI em reuniões, eventos e seminários; ❖ Manutenção da plataforma para outras edições do curso; ❖ Continuidade do desenvolvimento do Observatório do Marco Legal da Primeira Infância e lançamento da plataforma; ❖ Continuação da coleta de dados e processos de monitoramento do Marco Legal da PI; ❖ Continuação da coleta de dados e processo de monitoramento dos planos municipais da PI; ❖ Ações referentes à mobilização para as eleições de 2020 que incluíram: produção de 04 spots; realizados mais de 4200 contatos com candidatos e candidatas, 471 Carta Compromisso pela PI assinadas; 131 candidatos comprometidos com a PI eleitos; ❖ Articulação estratégica com entidades nacionais e internacionais (viagens); ❖ Construção de sistema de gerenciamento de relacionamentos da RNPI contendo dados atualizados dos membros; ❖ Elaboração de relatório final de avaliação do projeto.
	AVALIAÇÃO: No âmbito do presente projeto, foram documentadas e sistematizadas informações sobre as atividades promovidas. No tocante à plataforma, os usuários serão convidados a avaliar a experiência, em relação ao conteúdo e aos processos interativos e de produção de conhecimento, respondendo a enquetes e questionários. Esse material será complementado com as avaliações dos profissionais envolvidos (tutores, coordenadores e especialistas), contribuindo para o aprimoramento da ferramenta.
	MONITORAMENTO: O monitoramento das ações desenvolvidas foi contínuo, principalmente, por meio das reuniões de monitoramento e aconselhamento. O desenvolvimento do projeto foi acompanhado com base em alguns indicadores tais quais: aumento do número de organizações integrantes da RNPI; estabelecimento de parcerias nacionais e internacionais; aumento da participação das organizações integrantes nas

	discussões sobre os temas considerados relevantes para a garantia dos direitos das crianças; atuação efetiva e ampliação da participação da RNPI em comitês, fóruns e seminários; realização de reuniões para apresentação de relatórios das atividades realizadas.

Projeto: Primeira Infância é Prioridade	
Público-alvo	❖ Gestores governamentais ❖ Lideranças da sociedade civil ❖ Comunidade acadêmica ❖ Jornalistas ❖ Pais, mães e cuidadores
Capacidade de atendimento	O projeto atingiu mais de 650 pessoas.
Recursos financeiros utilizados	R$ 1.212.076,90
Financiador	Petrobras
Recursos humanos envolvidos	❖ Equipe da ANDI e colaboradores ❖ Organizações integrantes da RNPI
Abrangência territorial	Nacional
Demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que foram utilizadas em todas as etapas do plano	**ELABORAÇÃO:** As ações propostas pelo Projeto foram formuladas pela equipe da ANDI, tendo como base o Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/2016), bem como as demais Leis e Resoluções próprias à Política de Assistência Social, com o intuito de incidir sobre os processos de formulação e implementação das políticas públicas dirigidas à Primeira Infância por meio da mobilização social, da construção de conhecimento e de estratégias de comunicação, visando garantir prioridade a essa agenda em âmbito local e nacional.
	EXECUÇÃO: Para atingir os objetivos do projeto, foram planejadas ações de capacitação e monitoramento de gestores públicos, membros da sociedade civil, comunicadores e jornalistas. A mobilização também visava à qualificação de mães, pais, cuidadores, educadores e profissionais de saúde. Além disso, o planejamento para 2020 englobou: ❖ 03 edições de curso à distância de 68 horas/aula cada sobre formulação de Planos Municipais pela Primeira Infância; ❖ Implementação e lançamento do Observa – Observatório do Marco Legal da Primeira Infância. ❖ Realização de oficinas participativas com foco na Primeira Infância junto a 05 comunidades do Rio de Janeiro;

	❖ Promoção da campanha participativa de conscientização com foco na Primeira Infância, visando atingir moradores das 05 comunidades do Rio de Janeiro; ❖ Desenvolvimento de 10 oficinas com foco na Primeira Infância junto a 04 comunidades de Fortaleza; ❖ Desenvolvimento de análise da cobertura jornalística sobre a agenda da Primeira Infância baseada em notícias publicadas em 2018 e 2019; ❖ Fomento da presença de temas estratégicos da agenda da Primeira Infância na mídia brasileira, por meio do apoio à produção de 07 reportagens especiais; ❖ Oferta de disciplina sobre mídia e direitos da criança e adolescente (incluindo temas de Primeira Infância) em parceria com a UNB – Universidade de Brasília.
	AVALIAÇÃO: A avaliação foi executada de acordo com critérios de verificação estabelecidos segundo a ação desenvolvida. Em relação aos cursos de capacitação à distância, houve conferência das listas de certificados emitidos ao final de cada edição do curso e do número de participantes capacitados a trabalhar pela elaboração e implementação dos Planos Municipais pela Primeira Infância. No tocante à mobilização, monitoramento e capacitação da mídia, a estimativa resultou da análise do total de reportagens veiculadas sobre os temas da agenda da Primeira Infância e correlatos. As demais ações foram verificadas pela análise dos percentuais de avaliações positivas obtidas junto ao público-alvo.
	MONITORAMENTO: Por meio do monitoramento constante das ações executadas foram aferidos se os resultados obtidos estão em consonância com os objetivos estipulados durante o planejamento. Para tanto foram produzidos relatórios com indicadores que compararam os resultados obtidos em cada ação com as metas estimadas.

Projeto: Sustentabilidade e Governança da RNPI	
Público-alvo	❖ Organizações da RNPI ❖ Meninas e meninos com idade de zero a seis anos
Capacidade de atendimento	Foram beneficiados direta e indiretamente os mais de 260 membros da RNPI. A estimativa é de que o projeto tenha um número de atendimento exponencial, uma vez que o público-alvo é composto por multiplicadores das ações. Por conseguinte, mais meninos e meninas de zero a seis anos serão beneficiados.
Recursos financeiros utilizados	R$ 48.000,00
Financiador	Instituto C&A
Recursos humanos envolvidos	❖ Grupo Gestor da RNPI ❖ Secretaria Executiva da ANDI ❖ Coordenação do Projeto ❖ Assistente Financeiro ❖ Consultores
Abrangência territorial	Nacional
Demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que foram utilizadas em todas as etapas do plano	**ELABORAÇÃO:** Com o intuito de aprimorar e sistematizar o novo modelo de governança da RNPI foi elaborado projeto para promover o fortalecimento da rede por meio da reestruturação estratégica de quatro aspectos significativos: **articulação entre seus membros**; **estrutura organizacional**; **comunicação** e **sustentabilidade financeira**. A iniciativa pretende garantir maior eficiência no fomento às políticas públicas voltadas para a Primeira Infância a partir do diálogo com as novas conjunturas sociopolíticas e econômicas em curso no Brasil e no mundo.
	EXECUÇÃO: A RNPI planejou um cronograma de ações com vistas a avançar na implementação do novo modelo de governança e sustentabilidade proposto no projeto. Foi realizada a revisão do Regimento Interno da RNPI, que foi aprovada em assembleia, e a construção de uma plataforma de comunicação. As ações executadas em 2020 foram: ❖ Atividades relacionadas à elaboração do novo regimento; ❖ Consulta on-line com o modelo do novo regimento, aberta às entidades da Rede e posterior validação do Grupo Gestor; ❖ Apresentação à Assembleia do novo regimento para a

	aprovação final; ❖ Consultoria para desenvolvimento da plataforma de comunicação; ❖ Realização de duas reuniões estratégicas presenciais com o Grupo Gestor da Rede.
	AVALIAÇÃO: A rede procedeu à etapa de avaliação por meio da produção de um relatório final, redigido em conformidade com os parâmetros pactuados na fase inicial. Tal ação proporciona a averiguação dos resultados obtidos e, com base na identificação dos pontos positivos e negativos, a redefinição de metas e iniciativas futuras.
	MONITORAMENTO: O procedimento para o acompanhamento do progresso do resultado das ações do projeto foi constante e realizado pela RNPI, seguindo o cronograma de monitoramento da implementação e o cronograma de desembolso, ambos elaborados com fulcro nas especificações acordadas com as instituições parceiras e apoiadoras.

Projeto: Fortalecendo a Capacidade dos Operadores do Sistema de Justiça de Coibir as Violações dos Direitos de Crianças e Adolescentes Cometidas pela Mídia Brasileira	
Público-alvo	❖ Profissionais do Sistema de Justiça: ❖ Tribunais de Justiça ❖ Ministérios Públicos ❖ Defensorias Públicas ❖ Conselhos Tutelares
Capacidade de atendimento	300 profissionais da área jurídica dos quais 103 cursistas foram certificados.
Financiador	CONANDA
Recursos financeiros utilizados	R$ 359.251,20
Recursos humanos envolvidos	❖ Assistente Financeiro; ❖ Consultor sobre Temas de Legislação; ❖ Consultor para Elaborar os Conteúdos Didáticos; ❖ Consultor Pedagógico; ❖ Coordenação Técnica e Programática; ❖ Designer Educacional para Plataforma EaD; ❖ Direção Executiva da ANDI; ❖ Estagiário;

	❖ Jornalista; ❖ Palestrantes; ❖ Secretária do Curso; ❖ Técnico para Customização da Plataforma EaD; ❖ Técnico para desenvolvimento de ferramenta de inscrição online; ❖ Tutores; ❖ Web designer.
Abrangência territorial	Nacional
Demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que foram utilizadas em todas as etapas do plano	**ELABORAÇÃO:** Perante o cenário de dispersão normativa e de fragilidade na esfera da administração pública, a responsabilidade do Poder Judiciário como instância protetora dos direitos de crianças e adolescentes no que se refere à mídia é significantemente acentuada. No entanto, a atuação da Justiça Brasileira esbarra no déficit de conhecimento sobre as muitas variáveis envolvidas no debate sobre o direito à liberdade de expressão e sua compatibilidade com outros direitos humanos fundamentais – entre os quais, os da infância e adolescência. Com o intuito de oferecer ferramentas de capacitação aos integrantes da área forense, o presente projeto foi elaborado pela ANDI para desenvolver e implementar curso à distância com foco na liberdade de expressão e nas violações dos direitos de crianças e adolescentes cometidas pela mídia.
	EXECUÇÃO: O projeto foi iniciado em 2019 e teve continuidade em 2020 com a efetivação dos procedimentos elencados a seguir: ❖ Foram assinados 11 termos de cooperação: Avante, Cecip, FNDC, Fazendo História, Intervozes, CFP, Ifan, Justiça Global, FNPETI, Promundo, FAG; ❖ Contratação do coordenador do projeto e prestadores de serviço e fornecedores para a construção/ operação da plataforma EaD e a produção/gestão do conteúdo; ❖ Definição da matriz metodológica com base nos 5 módulos estabelecidos pelo edital; ❖ Seleção da plataforma EaD; ❖ Elaboração dos materiais didáticos e customização da plataforma EaD; ❖ Divulgação do curso nos seminários do Pacto Nacional pela PI do CNJ, nas redes da ANDI e das organizações parceiras, além de outros mailing; ❖ Realização das aulas *online* ao vivo e sua

	disponibilização na plataforma; ❖ Atendimento por tutorias e por consultor legislativo; ❖ Avaliação por módulo temático e certificação final dos/as participantes; ❖ Consolidação do conjunto de materiais didáticos do curso em um documento.
	AVALIAÇÃO: A última etapa do projeto diz respeito à elaboração do relatório final, que contemplará a avaliação dos processos de execução e os resultados alcançados, além de recomendações com vistas à realização de novas edições do curso.
	MONITORAMENTO: A secretaria executiva da ANDI monitorou as ações desenvolvidas em todas as etapas do projeto; acompanhou os resultados da implementação do curso; supervisionou o plano de trabalho e a execução financeira; verificou cumprimento dos compromissos acordados.

Projeto: Tutoria para Curso à Distância sobre Direitos da Criança e do Adolescente dirigido a Jornalistas e Comunicadores	
Público-alvo	Jornalistas e comunicadores
Capacidade de atendimento	A estimativa é de que o projeto tenha um número de atendimento exponencial, haja vista que o público-alvo é composto por multiplicadores das ações, no âmbito de toda a América Latina.
Recursos financeiros utilizados	R$ 72.500,00
Financiador	Instituto Arcor Brasil
Recursos humanos envolvidos	❖ Supervisor Geral ❖ Coordenador do Projeto ❖ Tutores ❖ Equipe da plataforma digital ❖ Assistente Financeiro
Abrangência territorial	América Latina
Demonstração da forma de participação dos usuários e/ou	**ELABORAÇÃO:** A equipe da ANDI desenvolveu o presente projeto a convite do Instituto Arcor Brasil com o intuito de apresentar o conjunto de atividades previstas

estratégias que foram utilizadas em todas as etapas do plano	para a primeira edição do curso à distância *A infância no centro da pauta: um curso para jornalistas e comunicadores*. O conteúdo didático foi desenvolvido pela ANDI, no contexto de projeto anterior firmado com o Instituto Arcor e disponibilizado na plataforma de cursos do instituto. O curso foi implementado simultaneamente em duas turmas: uma em português e outra em espanhol. Os alunos inscritos contaram com o apoio de um tutor ao longo de todo o processo de aprendizagem. O foco das ações foi a oferta de tutoria para os alunos da versão em português e o processo de certificação tanto da versão em português como da versão em espanhol. A proposta incluiu o diálogo entre a equipe da ANDI e o profissional responsável pela tutoria da versão em espanhol do curso a fim de alinhar as rotinas de trabalho e definir os procedimentos de avaliação de desempenho dos alunos e os critérios de certificação.
	EXECUÇÃO: A proposta do projeto era a realização de um curso à distância com duas turmas simultaneamente: Uma em português e a outra em espanhol. Para tanto, foram implementadas algumas ações: ❖ Desenvolvimento de conteúdo didático para curso à distância sobre direitos da criança e do adolescente para jornalistas e comunicadores pela equipe da ANDI; ❖ Contratação e treinamento de tutores para o uso da ferramenta de ensino à distância; ❖ Criação, pelo tutor, de tarefa prática, apresentação e animação, além de responder as perguntas dos alunos; ❖ Avaliação do processo de aprendizagem e monitoramento da participação dos alunos pelo tutor; ❖ Emissão e envio dos certificados pela ANDI para os alunos.
	AVALIAÇÃO: A avaliação do projeto tem como base o resultado alcançado durante o monitoramento do desempenho dos alunos, bem como as certificações por eles obtidas.
	MONITORAMENTO: O projeto foi monitorado mediante a avaliação do desempenho dos alunos e das respostas a um questionário fechado. A proposta também incluiu a produção do certificado digital pela ANDI e a certificação dos alunos das versões em português e espanhol.

Projeto: Fortalecer a RNPI no Cumprimento de sua Missão de Defesa, Promoção e Garantia dos Direitos da Primeira Infância	
Público-alvo	❖ Profissionais das organizações que compõem a RNPI ❖ Jornalistas ❖ Comunicadores ❖ Gestores Públicos
Capacidade de atendimento	❖ Membros da RNPI ❖ 30 jornalistas por ano ❖ 200 participantes municipais das classes de EaD ❖
Recursos financeiros utilizados	R$ 540.000,00
Financiador	Fundação Bernard van Leer
Recursos humanos envolvidos	❖ Secretaria Executiva da ANDI ❖ Coordenação do Projeto ❖ Assistente Financeiro ❖ Jornalista ❖ Assistente Financeira ❖ Auxiliar Administrativa ❖ Consultores
Abrangência territorial	Nacional
Demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que foram utilizadas em todas as etapas do plano	**ELABORAÇÃO:** O presente projeto surgiu como estratégia para fortalecer a Rede Nacional pela Primeira Infância, com vistas a potencializar as ações voltadas para a temática da Primeira Infância, atuando com base em quatro eixos: ❖ Governabilidade e sustentabilidade institucional; ❖ Capacitação e engajamento das mídias em PI via comunicação; ❖ Implementação do Marco Legal da Primeira Infância; ❖ *Advocacy* – Defesa contínua da Primeira Infância, fortalecimento dessa temática junto aos gestores públicos e sociedade.
	EXECUÇÃO: Da necessidade de enrobustecer a RNPI, originou-se o presente planejamento que abarcou as seguintes ações previstas para 2020: ❖ Participação e incidência em 91 eventos; ❖ Elaboração e publicação de cartas e manifestos; ❖ Atualização e disseminação de informações referentes à PI e RNPI (site, mídias sociais, e-mails e plataforma de EaD); ❖ Produção de 12 boletins mensais; ❖ Constante atualização do Observa (Observatório do

	MLPI) que oferece biblioteca como fonte de consulta a materiais técnicos e didáticos muito utilizados como fonte para matérias pela mídia. Atualmente, alcança o número de 487 publicações. Publicação de 5 mil exemplares do Guia PMPI atualizado, além de disponibilização do guia no site do Observa. ❖ Realização de 10 visitas técnicas em todas as regiões do país: Nordeste (Teresina/PI, Mossoró/RN); Norte (Belém/PA); Sul (Porto Alegre/RS); Sudeste (São Sebastião/SP, Vinhedo/SP, Laranjeiras/RJ); Centro-Oeste (Cidade Ocidental/GO, Três Lagoas/MT, Brasília/DF 01); ❖ Implementação do Plano de Sustentabilidade da RNPI; ❖ Continuidade do processo de monitoramento e avaliação do impacto das ações da RNPI pelo Brasil. Ação contínua, conforme as atividades da plataforma Observa; ❖ Elaboração e edição de uma Cartilha de Referência para a Cobertura jornalística sobre PI, disponibilização em PDF e impressão de 1.000 cópias; ❖ Avaliação da cobertura jornalística da grande mídia e da mídia regional sobre PI de 2018 a 2019, ação que terá continuidade em 2021; ❖ Elaboração de pautas especiais sobre PI; ❖ Atualização do registro de Jornalistas Amigos da Criança e atualização da lista de mailing no site da RNPI; ❖ Revisão, atualização e disponibilização do Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI) em formato PDF e impressão de 3.000 cópias; ❖ Revisão e adaptação da Plataforma de EAD PMPI/RNPI, incluindo temas da Urban95 e temas da parentalidade; ❖ Aperfeiçoamento da plataforma dos PMPIs e metodologia de disseminação e implementação do MLPI, garantindo maior escala e qualidade por meio do mapa de implementação e banco de boas práticas; ❖ Capacitação de 900 participantes, sendo 600 gestores municipais ou responsáveis pelas políticas públicas pelo curso PMPI; ❖ Participação e fornecimento de expertise em PI (avaliação, confecção de materiais didáticos etc.) em reuniões técnicas do Programa Criança Feliz; ❖ Continuidade do mapeamento dos principais dispositivos do MLPI em implementação em 152 municípios brasileiros;

	❖ Continuidade do mapeamento nos MLPI, particularmente em respeito à implementação de políticas de educação, assistência social e saúde; ❖ Pautar e comprometer em PI os candidatos às eleições municipais de 2020, em articulação com as devidas assessorias, incluindo os programas de parentalidade e estratégia Urban95. Tivemos 471 cartas assinadas, dessas 131 foram de candidatas e candidatos eleitos; ❖ Desenvolvimento de estratégias de sensibilização dos candidatos às eleições de 2020; ❖ Atuação em *advocacy* para transformar as metas acordadas com os candidatos em lei; ❖ Análise técnica dos Projetos de Lei a partir do posicionamento da RNPI, em especial os relacionados aos ODS; ❖ Desenvolvimento de atividades e estratégias de sensibilização no CONANDA e nos Conselhos Municipais; ❖ Representação e participação nos principais eventos relacionados ao *advocacy* em PI com o intuito de fortalecer o campo. Ação que continuará até o final do projeto.
	AVALIAÇÃO: A avaliação é a última etapa do projeto, que continua. No entanto, é constante a apreciação dos relatórios de monitoramento concebidos no decorrer de cada fase executada.
	MONITORAMENTO: O processo de acompanhamento das implicações oriundas das ações é inerente à efetividade do projeto. Portanto, as atividades foram e continuarão a ser monitoradas e registradas em relatórios cujo intuito é contribuir para o cumprimento com excelência das metas previstas na elaboração da iniciativa.

Projeto: *Advocacy* para Promover Políticas Públicas para a Primeira Infância	
Público-alvo	❖ Membros da RNPI ❖ Gestores Públicos ❖ Poder Executivo (Federal/Estadual/ Municipal) ❖ Poder Legislativo ❖ Sociedade Civil Organizada
Capacidade de atendimento	A capacidade de atendimento não pode ser mensurada uma vez que o público-alvo é formado por multiplicadores que poderão afetar direta e indiretamente um número expressivo de pessoas.
Financiador	Fundação Bernard van Leer
Recursos financeiros utilizados	R$ 525.430,00
Recursos humanos envolvidos	❖ Equipe da ANDI ❖ Consultores ❖ Especialistas
Abrangência territorial	Nacional
Demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que foram utilizadas em todas as etapas do plano	**ELABORAÇÃO:** Visando à potencialização de três dos quatro eixos do projeto "*Fortalecer a RNPI no cumprimento de sua missão de defesa, promoção e garantia dos direitos da primeira infância*", foi elaborada esta nova proposta. Os eixos mencionados são: ❖ Governabilidade e sustentabilidade institucional; ❖ Implementação do Marco Legal da PI; ❖ *Advocacy* – Defesa contínua da Primeira Infância, fortalecimento dessa temática junto aos gestores públicos e sociedade. Este projeto tem como alicerce quatro objetivos principais: Desenvolvimento e qualificação de um sistema de manejo de dados intersetorial focado na PI (Observatório do Marco Legal da Primeira Infância); Atualização e expansão da plataforma do curso EaD do PNPI; Realização por parte da Rede de atividades de *advocacy* mais robustas e estruturadas no contexto do parlamento brasileiro e em aliança com a Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância e Desenvolvimento do marco de monitoramento e de governança dentro da RNPI com a proposta de qualificar, monitorar e avaliar atividades-chave do projeto.
	EXECUÇÃO: O presente projeto, no ano de 2020, executou as demandas a seguir: ❖ Reuniões CNDH (04/11/20);

	❖ GT Licença Parental Family Talks (06/11/20); ❖ Coalizão Brasileira pela Educação Inclusiva (10/11/2020); ❖ Live Educação Inclusiva e os impactos do Decreto 10.502 (25/11/2020); ❖ Webinar UNICEF-IPEA Orçamento para a Criança no Brasil (26/11/2020); ❖ Reunião do Grupo Consultivo da Sociedade Civil - BID (03/12/2020); ❖ Planejamento Estratégico da Rede Não Bata Eduque (11/12/2020); ❖ Webinar para Jornalistas latino-americanos (Fundación Horizonte Ciudadano/Chile em 17/12/2020); ❖ Participação da RNPI nas reuniões da coalizão brasileira sobre violência sexual contra crianças e adolescentes; ❖ Participação da RNPI junto do Instituto Alana na assinatura do Amicus Curiae para o STF sobre Educação Inclusiva; ❖ Articulação com o Foro Ciudadano de las Américas para participação nas Assembleias da OEA representando a sociedade civil; ❖ Acompanhamento das agendas legislativas por meio da iniciativa "Coalizão pela Primeira Infância no Congresso Nacional", liderada pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal com apoio do Sistema de Gestão de Relações Governamentais – SIGALEI; ❖ Lançamento da plataforma OBSERVA – Observatório do Marco Legal da Primeira Infância, uma ferramenta online que tem como propósito oferecer insumos para os processos de formulação, implementação e acompanhamento de políticas públicas voltadas à primeira infância, buscando assim contribuir para a garantia da prioridade dessa agenda em âmbito local e nacional; ❖ Conclusão do aprimoramento do rol de indicadores de monitoramento do Marco Legal da Primeira Infância para análise de aspectos de territorialidade/Urban95 e parentalidade. ❖ Aperfeiçoamento da ferramenta de pesquisa dos Planos Municipais da Primeira Infância com a finalidade de analisar aspectos de territorialidade/Urban95, parentalidade e ações intersetoriais; ❖ Continuidade do processo de desenvolvimento e sistematização de metodologia para analisar a implementação dos Planos Municipais pela Primeira Infância, incluindo aspectos de territorialidade/Urban95,

	parentalidade e ações intersetoriais; ❖ Desenvolvimento de conteúdo escrito e audiovisual sobre SGD, territorialidade/Urban95 e parentalidade para o curso Ead sobre elaboração dos PMPI; ❖ Implementação de curso sobre a formulação da PMPI. Foram três turmas com a certificação de 651 participantes; ❖ Oferecimento de suporte especializado a municípios específicos com o consultor de parentalidade e Urban95; ❖ Elaboração e implementação de Seminários de Diálogo na Primeira Infância no Congresso Nacional, reunindo parlamentares e especialistas na área; ❖ Sensibilização dos membros do Congresso Nacional para formular novos projetos de lei e/ou priorizar os procedimentos legislativos relativos a projetos de lei estratégicos definidos pela secretaria executiva da RNPI em estreito diálogo com a Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância. Esta é uma ação contínua até o encerramento do projeto; ❖ Monitoramento permanente de procedimentos legislativos para identificar projetos de lei, emendas constitucionais e outras proposições relativas a questões da PI. Esta é uma ação contínua.
	AVALIAÇÃO: A avaliação é uma ferramenta que envolve o *feedback* do monitoramento. Mudanças nos indicadores identificados auxiliam no exame dos impactos produzidos pelo projeto. Tal ação oferece elementos para a execução de novas iniciativas voltadas à promoção de políticas públicas em PI. Como o projeto continua, ainda não foi realizada a avaliação final.
	MONITORAMENTO: Para monitorar os desdobramentos das demandas previstas no plano, o acompanhamento é constante, por meio da redação de relatórios referentes às atividades ainda em desenvolvimento e às tarefas concluídas. O monitoramento permite reformular estratégias e aprimorar resultados.

Projeto: SDG HappyChild – Workshops regionais com Radialistas	
Público-alvo	❖ Radialistas
Capacidade de atendimento	300 profissionais
Financiador	PNUD
Recursos financeiros	R$ 28.664,00

utilizados	
Recursos humanos envolvidos	❖ Equipe da ANDI ❖ Webdesigner ❖ Técnico para plataforma ❖ Especialistas ❖ Radialista ❖ Jornalistas ❖ Assistente de redação ❖ Revisor
Abrangência territorial	Nacional
Demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que foram utilizadas em todas as etapas do plano	**ELABORAÇÃO:** O projeto foi elaborado com o intuito de qualificar radialistas em todo o território nacional na produção de conteúdos voltados para a temática da primeira Infância por meio da realização de oficinas *online* ministradas por especialistas reconhecidos no tema. A proposta inclui a produção de material de apoio para que a qualificação seja continuada, mas respeitando as especificidades de cada região brasileira. A capacitação objetiva também a garantia de que os radialistas recebam conteúdo especializado sobre os principais tópicos que compõem a agenda da Primeira Infância de maneira que se interessem e reconheçam a importância do tema. Além disso, espera-se que, consequentemente, eles possam produzir reportagens e entrevistas em suas rádios sobre o assunto, potencializando seu alcance e capilaridade no território brasileiro.
	EXECUÇÃO: Para a implementação do projeto, foram executadas as seguintes ações: ❖ Duas oficinas *online*, uma na região nordeste e outra no sul.
	AVALIAÇÃO: A avaliação foi realizada por meio da elaboração do relatório final composto por análise de impacto, resultados alcançados e lições aprendidas a partir das atividades desenvolvidas ao longo do projeto.
	MONITORAMENTO: O monitoramento das ações teve como base os relatórios técnicos de acompanhamento.

Projeto: Justice and Child Well Being Case Studies	
Público-alvo	❖ Representantes dos Estados-parte e especialistas reunidos no 14º Congresso da ONU sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal
Capacidade de	A estimativa é de que o projeto tenha um número de

atendimento	atendimento exponencial, uma vez que o público-alvo é composto por multiplicadores (atores do sistema de justiça, acadêmicos, sociedade civil) das ações.
Financiador	Open Society Foundations
Recursos financeiros utilizados	R$ 24.000,00
Recursos humanos envolvidos	❖ Equipe da ANDI ❖ Consultores ❖ Tradutor
Abrangência territorial	Mundial
Demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que foram utilizadas em todas as etapas do plano	**ELABORAÇÃO:** O projeto teve como objetivo oferecer subsídios para o debate em torno da experiência brasileira relacionada ao Sistema de Justiça e à Primeira Infância, no contexto do 14º Congresso da ONU sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal, inicialmente programado para acontecer em abril de 2020 em Kyoto, Japão. Nesse sentido, foram desenvolvidos documentos cobrindo três aspectos relevantes dessa experiência: ❖ A formulação do Pacto Nacional pela Primeira Infância, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça, que articula entes do Estado e organizações da sociedade civil em prol da garantia dos direitos da população de 0 a 6 anos de idade; ❖ As diversas iniciativas de diálogo e cooperação desenvolvidas entre órgãos do Poder Judiciário e instituições da sociedade civil; ❖ A possibilidade de compartilhar a experiência brasileira sobre Justiça e Primeira Infância com representantes de outros países, com especial atenção para aqueles de língua portuguesa, visando que possam conhecer as várias ações realizadas e avaliar meios de adaptá-las para replicação em seus próprios contextos nacionais.
	EXECUÇÃO: ❖ Elaboração de três documentos para subsidiar as discussões, durante o Congresso da ONU sobre Prevenção ao Crime, sobre a experiência do Poder Judiciário brasileiro com foco na garantia dos direitos de

	crianças na primeira infância.
	AVALIAÇÃO: Devido ao adiamento do congresso para 2021 por conta da pandemia do coronavírus, a avaliação dos resultados obtidos só ocorrerá após a realização do congresso.
	MONITORAMENTO: As ações previstas pelo projeto, que englobavam a elaboração de três documentos para subsidiar as discussões no Congresso da ONU foram concluídas.

Projeto: Justice and Child Well Being – Brazilian delegation at the UN CRIME CONGRESS	
Público-alvo	❖ Autoridades do Estado Brasileiro: ❖ Ministros do STF; ❖ Ministros do Governo Federal; ❖ Representantes do Congresso Nacional; ❖ Membros da sociedade civil ❖ Representantes dos Estados-parte e especialistas reunidos no 14º Congresso da ONU sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal
Capacidade de atendimento	A estimativa é de que o projeto tenha um número de atendimento exponencial, uma vez que o público-alvo é composto por multiplicadores (atores do sistema de justiça, acadêmicos, sociedade civil) das ações.
Financiador	Open Society Foundations
Recursos financeiros utilizados	R$ 26.100,00
Recursos humanos envolvidos	❖ Equipe da ANDI ❖ Consultores ❖ Equipe de Tecnologia da Informação ❖ Instrutores de Libras ❖ Especialistas
Abrangência territorial	Mundial
Demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que foram utilizadas em todas as	**ELABORAÇÃO:** ❖ Por um lado, o projeto abarca ações voltadas a apoiar a participação das autoridades e especialistas brasileiros em sessões programadas para ocorrer no âmbito do 14º Congresso da ONU sobre Prevenção ao Crime e Justiça

etapas do plano	Criminal. Além disso, contempla o webinário "Justiça Começa na Infância", visando compartilhar reflexões e experiências de autoridades e especialistas brasileiros, alcançando tanto o público doméstico como interessados de outros países. ❖
	EXECUÇÃO: ❖ Entre janeiro e março a equipe da ANDI trabalhou no sentido de convidar e confirmar a participação dos representantes brasileiros nas sessões então programadas para acontecer no âmbito do UN Crime Congress. Neste processo, se contou também com a importante parceria do Programa Prioridade Absoluta, do Instituto Alana. As atividades relacionavam-se a três diferentes sessões, todas com foco no tema de acesso à justiça na primeira infância. Vale registrar que, devido aos impactos da pandemia do novo Coronavírus, o evento foi adiado para o ano seguinte; ❖ Realização do webinário "Justiça Começa na Infância – A experiência brasileira da primeira infância no sistema de justiça", em agosto, reunindo representantes do Poder Judiciário, Congresso Nacional e Governo Federal, além de lideranças da sociedade civil organizada.
	AVALIAÇÃO: A avaliação final ocorrerá no encerramento do projeto, em dezembro de 2021, tomando em conta os resultados do conjunto de ações implementadas.
	MONITORAMENTO: O monitoramento das ações já executadas, bem como das ações futuras, é realizado de forma constante, durante o processo de desenvolvimento das atividades, por meio de relatórios de acompanhamento.

Projeto: Plan de Fortalecimiento de Capacidades Organizacionales y de Sostenibilidad Financiera de las Coaliciones que Integran #TejiendoRedesInfancia – Red ANDI América Latina	
Público-alvo	❖ Jornalistas e comunicadores
Capacidade de atendimento	Como o público-alvo é composto por formadores de opinião, a capacidade de atendimento não pode ser mensurada, sendo considerada exponencial.

Financiador	DNI Costa Rica
Recursos financeiros utilizados	R$: 11.800,00
Recursos humanos envolvidos	❖ Equipe da ANDI
Abrangência territorial	Nacional
Demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que foram utilizadas em todas as etapas do plano	**ELABORAÇÃO:** O projeto é uma parceria entre ANDI e DNI Costa Rica, realizada no contexto de fortalecimento institucional da Red ANDI América Latina. O principal objetivo foi mobilizar a mídia brasileira para o desenvolvimento de pautas relacionadas à temática da Primeira Infância – em especial, focando as dificuldades enfrentadas ao longo da pandemia do coronavírus por famílias, educadores e gestores públicos para implementar o processo de retorno às atividades em creches e pré-escolas.
	EXECUÇÃO: Para a implementação do projeto, foram executadas as seguintes ações: ❖ Definição de temas, levantamento de informação e indicadores, redação e edição dos textos da sugestão de pauta a ser trabalhada junto aos meios de comunicação. ❖ Identificação, nas diversas regiões do país, de jornalistas que cobrem temáticas relacionadas à Infância e Adolescência; ❖ Definição do cronograma de mobilização junto às redações, para sensibilizá-las quanto à relevância das várias abordagens do material elaborado e oferecer apoio com relação a fontes de informação. ❖ Monitoramento dos veículos que cobriram o tema, registrando as seguintes publicações: ❖ Reportagem especial *Mais de 20% das crianças matriculadas em escolas sem saneamento*, pela **Agência Brasil (**21 de novembro). ❖ Reportagem especial, inspirada na pauta produzida pela ANDI, pelo telejornal CNN Prime Time, do canal **CNN Brasil** (24 de novembro). ❖ Quatro outras reportagens de amplo alcance: *Desigualdades sociais influenciam nas decisões de reabertura de creches e pré-escolas* (**Portal Atual Amazonas**, 9 de novembro), *As crianças e as telas na pandemia* (portal **ComKids**, 6 de novembro), *A geração superconectada e o conteúdo infantojuvenil* (portal **ComKids**, 10 de novembro) e *À distancia: Educação Infantil em*

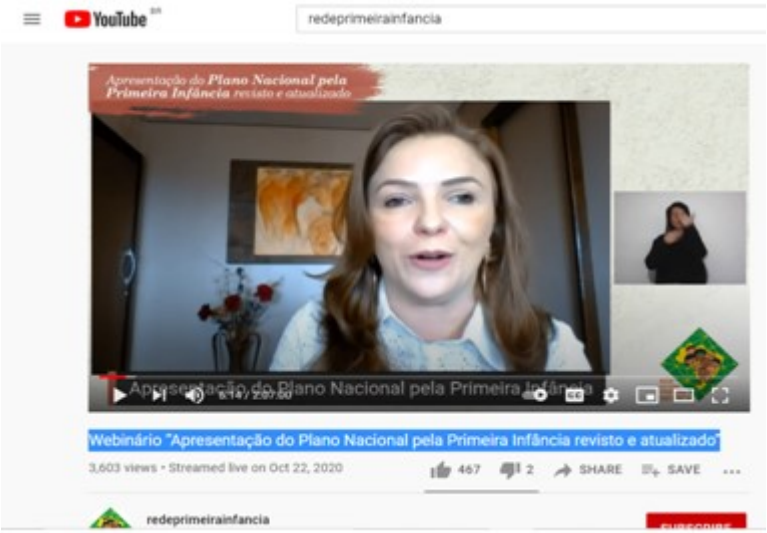
	desafio neste novo normal (portal **ComKids**, 12 de novembro). ❖ Versão em PDF do documento com a sugestão de pauta foi enviado por e-mail diretamente para cerca de 500 jornalistas com histórico de cobertura de temas socialmente relevantes e divulgado nas redes sociais da ANDI e da RNPI, com o seguinte escopo: ❖ Facebook ANDI: 8.875 seguidores ❖ Twitter ANDI: 4.839 seguidores ❖ Facebook RNPI: 31.147 seguidores ❖ Twitter RNPI: 3.041 seguidores.
	AVALIAÇÃO: A avaliação do projeto teve como base a análise do alcance da estratégia de mobilização das redações, tomando em consideração a qualidade e quantidade de reportagens veiculadas a partir da sugestão de pauta formulada pela ANDI. As conclusões referentes aos resultados da avaliação foram consolidadas no relatório final do projeto.
	MONITORAMENTO: Esse processo teve como foco principal o acompanhamento da mídia brasileira, de forma a identificar e contabilizar as reportagens veiculadas nas diferentes regiões do país inspiradas na sugestão de pauta sobre educação infantil e pandemia do novo Coronavírus. Também foi levada em conta a divulgação realizada nos sites da ANDI, da RNPI e suas respectivas redes sociais.

Anexos

(fotos das atividades desenvolvidas)

ANDI – Comunicação e Direitos
SDS - Ed. Miguel Badya, Bloco L, Sala 318
70.394-901– Brasília – DF
Tel: + 55 61 2102.6508
www.andi.org.br
Twitter: @andicomunicacao

A diretora executiva da ANDI, Miriam Pragita, no Webinário “Apresentação do Plano Nacional pela Primeira Infância revisto e atualizado”, realizado em 22 de outubro de 2020.



A deputada federal PV-PR, Leandre Del Ponte, Presidente da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, no Webinário “Apresentação do Plano Nacional pela Primeira Infância revisto e atualizado”, realizado em 22 de outubro de 2020.

Luciana Siqueira, secretária nacional de Atenção à Primeira Infância do Ministério da Cidadania, no Webinário "Apresentação do Plano Nacional pela Primeira Infância revisto e atualizado", realizado em 22 de outubro de 2020.

Imagem do Programa Criança Feliz, coordenado pela Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância, exibida no webinário.

ANDI – Comunicação e Direitos
SDS - Ed. Miguel Badya, Bloco L, Sala 318
70.394-901– Brasília – DF
Tel: + 55 61 2102.6508
www.andi.org.br
Twitter: @andicomunicacao

Imagem do Programa Criança Feliz, coordenado pela Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância, exibida no webinário.

Imagem do Programa Criança Feliz, coordenado pela Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância exibida no webinário.

ANDI – Comunicação e Direitos
SDS - Ed. Miguel Badya, Bloco L, Sala 318
70.394-901– Brasília – DF
Tel: + 55 61 2102.6508
www.andi.org.br
Twitter: @andicomunicacao

O Secretario Marcus Livio da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do CNJ, no Webinário "Apresentação do Plano Nacional pela Primeira Infância revisto e atualizado", realizado em 22 de outubro de 2020.

Isabella Henriques, diretora executiva do Instituto Alana, no Webinário "Apresentação do Plano Nacional pela Primeira Infância revisto e atualizado", realizado em 22 de outubro de 2020.

Vital Didonet, Professor Especialista em Educação Infantil e consultor da ANDI, no Webinário "Apresentação do Plano Nacional pela Primeira Infância revisto e atualizado", realizado em 22 de outubro de 2020.

Iolete Ribeiro da Silva, presidente do Conanda, no Webinário "Apresentação do Plano Nacional pela Primeira Infância revisto e atualizado", realizado em 22 de outubro de 2020.

Ana Potyara Tavares, Diretora Administrativa Financeira da ANDI, no lançamento do Observa Primeira Infância.

Miriam Pragita, diretora executiva da ANDI, no lançamento do Observa Primeira Infância.

Florence Bauer, representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), no lançamento do Observa Primeira Infância.

Cláudia Vidigal, representante da Fundação Bernard van Leer no Brasil, no lançamento do Observa Primeira Infância.

Letíca Born, gerente de programas da Porticus América Latina, no lançamento do Observa Primeira Infância.

Gina Vieira, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal, no lançamento do Observa Primeira Infância.

ANDI – Comunicação e Direitos
SDS - Ed. Miguel Badya, Bloco L, Sala 318
70.394-901– Brasília – DF
Tel: + 55 61 2102.6508
www.andi.org.br
Twitter: @andicomunicacao

Maria Thereza Marcilio, Coordenadora da AVANTE- Educação e Mobilização Social, no lançamento do Observa Primeira Infância.

Thais Gawryszewsky e Diana Barbosa, consultoras da ANDI e coordenadoras do projeto, no lançamento do Observa Primeira Infância.

Lançamento do Observa Primeira Infância.

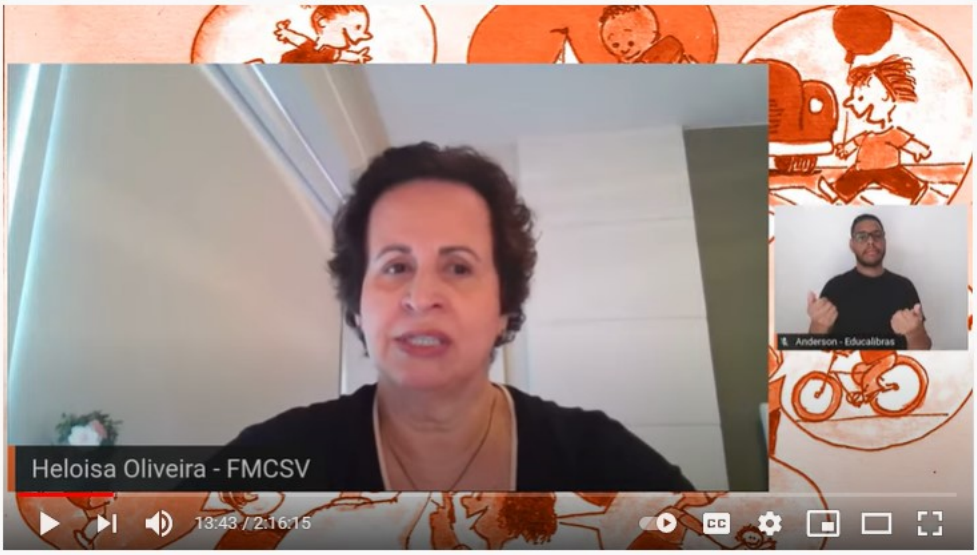
Ana Potyara Tavares, Diretora Administrativa Financeira da ANDI, na apresentação do Guia para a elaboração do PMPI atualizado.

A diretora executiva da ANDI, Miriam Pragita, na apresentação do Guia para a elaboração do PMPI atualizado.

ANDI – Comunicação e Direitos
SDS - Ed. Miguel Badya, Bloco L, Sala 318
70.394-901– Brasília – DF
Tel: + 55 61 2102.6508
www.andi.org.br
Twitter: @andicomunicacao

Apresentação do Guia para Elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância – Atualizado

1,530 views • Streamed live on Nov 24, 2020 158 2 SHARE SAVE ...



Apresentação do Guia para Elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância – Atualizado

1,530 views • Streamed live on Nov 24, 2020 158 2 SHARE SAVE ...

ANDI – Comunicação e Direitos
SDS - Ed. Miguel Badya, Bloco L, Sala 318
70.394-901– Brasília – DF
Tel: + 55 61 2102.6508
www.andi.org.br
Twitter: @andicomunicacao

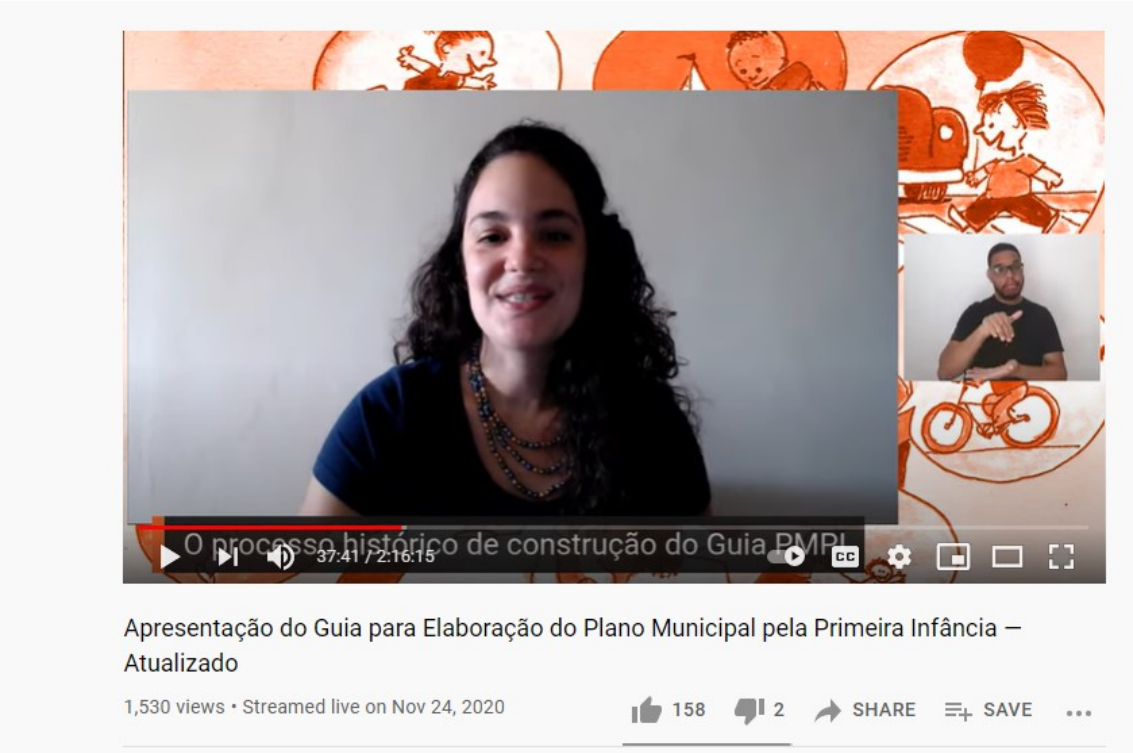
Cláudia Vidigal, representante da Fundação Bernard van Leer no Brasil

Maria Thereza Marcilio, Coordenadora da AVANTE- Educação e Mobilização Social

ANDI – Comunicação e Direitos
SDS - Ed. Miguel Badya, Bloco L, Sala 318
70.394-901– Brasília – DF
Tel: + 55 61 2102.6508
www.andi.org.br
Twitter: @andicomunicacao

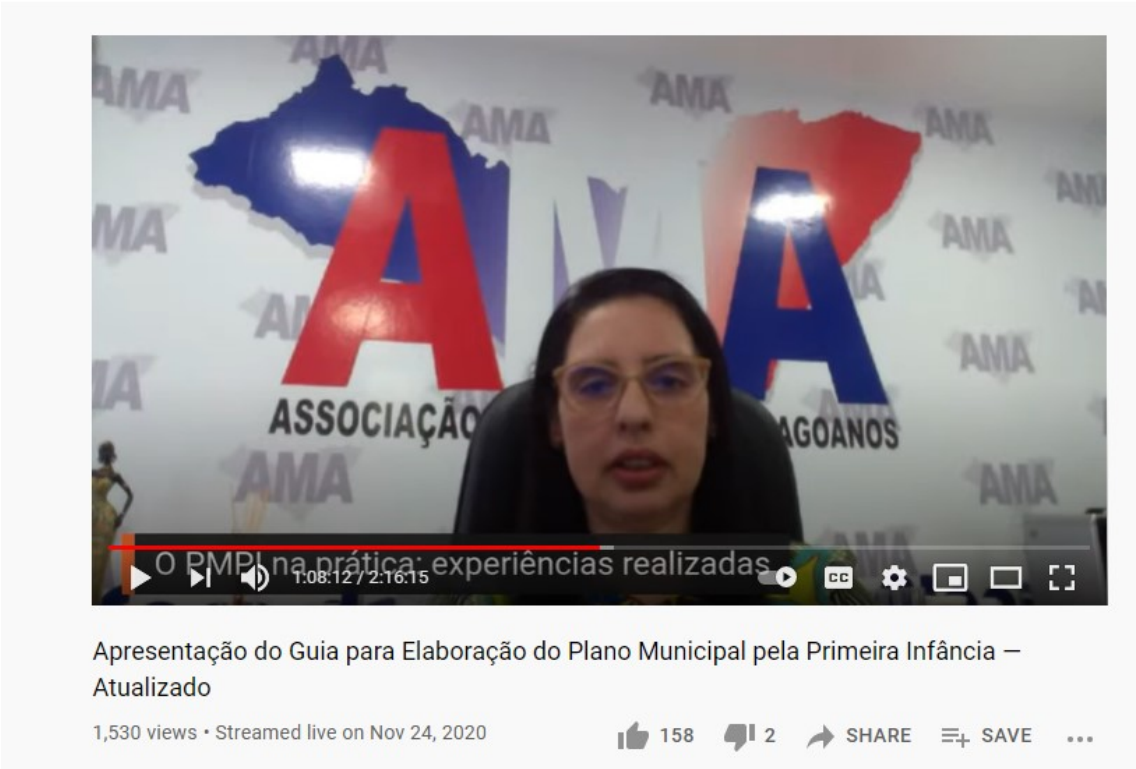
Luzia Laffite – IFAN

ANDI – Comunicação e Direitos
SDS - Ed. Miguel Badya, Bloco L, Sala 318
70.394-901– Brasília – DF
Tel: + 55 61 2102.6508
www.andi.org.br
Twitter: @andicomunicacao



Jane Valente, Coordenadora do Plano Primeira Infância de Campinas/SP

ANDI – Comunicação e Direitos
SDS - Ed. Miguel Badya, Bloco L, Sala 318
70.394-901– Brasília – DF
Tel: + 55 61 2102.6508
www.andi.org.br
Twitter: @andicomunicacao



Pauline Pereira, prefeita de Campo Alegre/AL

Eduardo Chakora

Vital Didonet

ANDI – Comunicação e Direitos
SDS - Ed. Miguel Badya, Bloco L, Sala 318
70.394-901– Brasília – DF
Tel: + 55 61 2102.6508
www.andi.org.br
Twitter: @andicomunicacao

ANDI – Comunicação e Direitos
SDS - Ed. Miguel Badya, Bloco L, Sala 318
70.394-901– Brasília – DF
Tel: + 55 61 2102.6508
www.andi.org.br
Twitter: @andicomunicacao